

JUDICIÁRIO

Barroso diverge em julgamento sobre redes

Para ministro, artigo do Marco Civil da Internet deve ser parcialmente suprimido

» RENATO SOUZA

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, divergiu parcialmente de outros ministros da Corte no julgamento sobre a responsabilidade das redes sociais. O magistrado votou para que as empresas que administram plataformas de mídias sociais respondam pelo conteúdo postado pelos usuários. A sessão foi suspensa por um pedido de vista do ministro André Mendonça.

Na avaliação de Barroso, o artigo 19 do Marco Civil da Internet, que trata da responsabilidade dos provedores, deve ser parcialmente suprimido, com a imposição de regras para remoção de publicações.

Barroso sustentou que conteúdos que representem crime devem ser removidos mesmo antes de decisão judicial. O entendimento dele se aplica especialmente a campanha de publicidade e conteúdo promovido para alcançar mais pessoas. Na visão do ministro, nesse sentido, a plataforma tem ciência do teor ilegal antes mesmo da veiculação.

Histórico

O magistrado destacou que o STF tem como foco proteger a liberdade de expressão e que essa é uma preocupação. “Antes de entrar na solução, eu gostaria de enfatizar a minha crença, que é a crença deste tribunal, na liberdade de expressão. O Supremo tem histórico de defesa da liberdade de expressão, mesmo nos casos de indevido cerceamento judicial”, enfatizou. “O

Antonio Augusto/STF



O ministro Barroso durante a sessão: “Não eliminaria do ordenamento jurídico o artigo 19”

Entenda o caso

O STF julga duas ações que discutem o artigo 19 do Marco Civil da Internet, que isenta as plataformas de responsabilização por conteúdos publicados por terceiros. No regime atual, as redes sociais apenas respondem

que estamos discutindo é a forma de preservar a liberdade de expressão neste mundo em que ela corre risco por conta da disseminação de ódio.”

Ele disse considerar “legítimo

por danos causados pelas postagens, caso elas descumpram uma ordem judicial de remoção. Há duas exceções: violação aos direitos autorais e divulgação de fotos íntimas sem consentimento.

que, em muitas situações, a remoção somente deva se dar após ordem judicial”. “Portanto, não eliminaria do ordenamento jurídico o artigo 19. A remoção em caso de ofensa e crimes

contra a honra não pode, a meu ver, prescindir de decisão judicial. Conteúdos relacionados à honra devem permanecer sob o regime do art. 19, sob pena de violação à liberdade de expressão”, acrescentou.

Até agora, votaram, além de Barroso, Dias Toffoli e Luiz Fux, que são relatores das ações em julgamento.

Com o pedido de vista, Mendonça terá 90 dias para devolver o processo. No entanto, como o recesso do Poder Judiciário começa amanhã, a retomada fica para o primeiro trimestre do ano que vem.

Magistrado faz apelo ao Congresso

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso, fez um apelo ao Congresso para que regulamente as redes sociais e crie um órgão regulador independente. Ele disse que, apesar de a Corte julgar o tema, a palavra final será do Legislativo.

O Supremo julga duas ações que discutem o artigo 19 do Marco Civil da Internet. De acordo com esse dispositivo, as plataformas só são responsabilizadas se deixarem de cumprir uma ordem judicial de remoção.

“Faço um apelo ao legislador

para disciplinar a matéria e criar um órgão que, na minha visão — mas isso é competência do Congresso —, não deveria ser um órgão estatal. Eu, pelo menos, tenho muita reserva de órgão estatal interferindo em liberdade de expressão”, frisou Barroso.

Na visão do ministro, o ideal seria um órgão independente, com representantes do governo, das empresas, da sociedade civil e do Congresso, “que tivesse competência para monitorar a rede, recomendar comportamentos e eventualmente aplicar as sanções”.

TENTATIVA DE GOLPE

Braga Netto contrata ex-advogado de Dirceu

O general Walter Braga Netto, preso no inquérito do golpe, contratou um novo advogado para cuidar de sua defesa. O criminalista José Luís Oliveira Lima assume o caso em um momento decisivo da investigação, às vésperas da denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR).

Um dos criminalistas mais prestigiados do país, com trânsito nos tribunais superiores, José Luís Oliveira Lima trabalhou em casos de grande repercussão. Ele defendeu nomes como o ex-ministro José Dirceu, o ex-presidente da Caixa Pedro Guimarães e o humorista Marcius Melhem.

Braga Netto foi preso preventivamente por tentar obstruir a investigação sobre o plano de golpe de Estado. Segundo a PF, ele tentou conseguir informações sigilosas sobre a delação do tenente-coronel Mauro Cid para repassar a outros investigados e também alinhar versões com aliados.

A prisão do general é considerada pelos investigadores a mais importante até o momento. Braga Netto fez parte do primeiro escalão do governo Bolsonaro. Ele foi ministro da Casa Civil e da Defesa, e, em 2022, foi vice na chapa do ex-presidente.

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, pretende

Ameaça a Moraes

O pastor Silas Malafaia ameaçou o ministro Alexandre de Moraes, do STF, por causa de prisão de Braga Netto: “Alexandre de Moraes, sua hora vai chegar. Não sei quanto tempo vai levar, mas vai chegar. Ou pelo poder do supremo poder de uma nação, que é o povo, ou pelo poder do supremo juiz, que é Deus”, disse, em vídeo.

apresentar denúncia no caso nos primeiros meses de 2025. Uma eventual delação de Braga Netto teria mais chances de prosperar antes de uma acusação formal da PGR.

A prisão do general provocou inquietação entre oficiais da cúpula das Forças Armadas, preocupados com o momento político que atinge a caserna. O Superior Tribunal Militar (STM) deve julgar, em breve, os oficiais envolvidos no plano de golpe, inclusive, gerais. Cabe à Justiça Militar decidir sobre a cassação de suas patentes e também julgar crimes militares que podem ter sido cometidos em conjunto com os crimes comuns, cuja atribuição para julgamento é do Supremo Tribunal Federal (STF).

José Dias/PR/reprodução - 7/4/20



Braga Netto, preso preventivamente por tentar obstruir investigação

» Sem anistia para golpistas

Pesquisa Datafolha, divulgada ontem, mostra que 62% dos brasileiros rejeitam uma eventual anistia aos participantes dos atos golpistas de 8 de Janeiro. Outros 33% se dizem a favor, 5% não sabem e 1% se mostrou indiferente. O Datafolha ouviu 2.002 brasileiros maiores de 16 anos em 147 municípios do país. A margem de erro é de dois pontos percentuais para mais ou para menos e o índice de confiabilidade é de 95%. Na pesquisa anterior do instituto, realizada em março, 63% eram contra a anistia, enquanto 33% apoiavam a medida. Indiferentes somavam 2% e outros 4% não souberam responder. Considerando a margem de erro, o levantamento divulgado ontem mostra uma estagnação da opinião dos brasileiros acerca do tema.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br

Maurenilson Freire



Dólar bate novo recorde e assusta o governo

O dólar comercial bateu novo recorde ontem e fechou vendido a R\$ 6,267, o maior nível nominal da história. Para os analistas de mercado, o temor de que o pacote de corte de gastos proposto pelo governo federal seja desfigurado no Congresso, que nega sua aprovação, por causa das emendas parlamentares ainda não liberadas pelo Palácio do Planalto, fez a moeda norte-americana disparar novamente.

Outro fator que alavancou a alta do dólar foi a redução de juros nos Estados Unidos pelo Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano) em 0,25 ponto. O dólar comercial teve alta de 2,82%, vendido a R\$ 6,267, a maior desde 10 de novembro de 2022. O dólar futuro está sendo cotado acima de R\$ 6,30.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tentou minimizar o descontrole do câmbio e mostrar otimismo em relação à economia. Mas suas declarações não foram levadas em consideração pelo mercado.

Haddad disse que o dólar deve se estabilizar nos próximos meses, porque a valorização da moeda norte-americana frente ao real seria reflexo de um ambiente de incerteza econômica momentânea, enquanto o Congresso não aprova o ajuste fiscal. O próprio mercado, segundo o ministro da Fazenda, faz projeções de longo prazo mais positivas do que a apontada por especuladores.

“Temos um câmbio flutuante que, nesse momento em que as coisas estão pendentes, reflete um clima de incerteza. Isso faz o câmbio flutuar”, explicou Haddad. “As avaliações dessas instituições são melhores do que as que os especuladores estão fazendo”, acrescentou.

De fato, os grandes bancos fazem projeções mais otimistas, mas o mercado financeiro mudou muito — faz tempo que migrou da Avenida Paulista para a Faria Lima, em São Paulo. Os bancos digitais e fundos de investimentos são mais nervosos e operam especulativamente no câmbio, para muito além do que seria a alta normal de dezembro, quando muitas empresas estrangeiras fazem remessas de dinheiro para suas matrizes.

A saída iminente do secretário especial do Tesouro e Orçamento, Rogério Ceron, que pediu demissão do cargo, contribuiu também para as especulações. Não se sabe ainda o perfil de seu substituto. Na quinta-feira passada, Ceron admitiu que é preciso controlar o ritmo de crescimento dos gastos obrigatórios para manter de pé o arcabouço fiscal. E, com isso, atingir o chamado grau de investimento.

Percepção negativa

Haddad tentou mantê-lo na equipe econômica, mas sua decisão é irreversível. Embora Ceron tenha recebido proposta de trabalho de uma grande instituição privada, nos bastidores comenta-se que estaria saindo insatisfeito por ter sido derrotado na queda de braço da Fazenda com os demais ministros da Esplanada, na hora de efetuar os cortes no Orçamento.

Nas redes sociais, o governo sofre muitos ataques da oposição, principalmente o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Entretanto, são as críticas dos economistas e operadores de mercado financeiro que estão desconstruindo a imagem de Haddad.

A gestão da Fazenda é aprovada por apenas 4% dos agentes financeiros, segundo pesquisa Quaest deste mês — em março, a aprovação era de 24%. Declarações de Lula contra a elevação dos juros para 12,25%, e de que os gastos sociais do governo são investimentos, enfraquecem o ministro.

A alta do dólar contrasta fortemente com outros indicadores da economia, que são muito positivos. Em 2023, o PIB do Brasil acumulou alta de 2,9%. Para 2024, a previsão é de crescimento de 3,39%.

A renda média dos trabalhadores cresceu 6,6% em um ano e a massa salarial atingiu um recorde histórico. A renda média dos trabalhadores cresceu 6,6% em um ano.

A taxa de desemprego é uma das mais baixas da história: 6,8%. A percepção negativa dos agentes econômicos contamina a maioria da população, por causa da inflação. Caso o dólar se mantenha no patamar de R\$ 6,267, a conta chegará para os assalariados no primeiro trimestre de 2026, com a alta de preços de alimentos, combustíveis, medicamentos e transportes.

Fundo Constitucional

A vice-governadora do Distrito Federal, Celina Leão, participou intensamente das negociações com os líderes do Congresso para manter o critério atual de reajuste anual do Fundo Constitucional do DF. Acompanhada do secretário de Relações Institucionais do GDF, Agacieli Maia, criticou o uso da inflação como parâmetro de repasse de recursos da União ao Fundo. O FCDF é reajustado por meio da variação da receita corrente líquida da União desde que foi criado, em 2003.

Celina obteve apoio do relator do corte de gastos, o deputado federal Isnaldo Bulhões (MDB-AL), correligionário do governador Ibaneis Rocha. O presidente do MDB, Baleia Rossi (SP), também é contra a medida.

Segundo a vice-governadora do DF, o FCDF é usado em áreas prioritárias na capital, como segurança, saúde e educação. “Só de inscrições na rede pública de ensino foram 38 mil novas matrículas. A medida em que o país cresce, o DF cresce três, quatro, cinco, 10 vezes mais. O Fundo não acompanha nem o crescimento da nossa cidade”, avalia Celina.

A Secretaria de Fazenda estima que a mudança no cálculo do FCDF pode acarretar, em 15 anos, uma perda de R\$ 12 bilhões aos cofres do DF.